

DANO AMBIENTAL

Ibama retira gado do Bananal

PALMAS (AE) – Pressionado pelo Ministério Público e por uma sentença judicial de 27 de abril de 1995, a superintendência regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) começou a retirar ontem o gado da Ilha do Bananal. Os fazendeiros com propriedades nos municípios no entorno da ilha utilizam as pastagens naturais do Parque Nacional do Araguaia para seus animais nas épocas de seca. Os especialistas alegam que a prática prejudica o ecossistema da região.

A medida foi possível porque o procurador-chefe da República no Tocantins, Mário Lúcio Avelar, decidiu entrar com uma ação de execução na Justiça contra o Ibama. Dados do Fundação Nacional do Índio (Funai) mostram que há cerca de 13 mil cabeças de gado no Parque Nacional do Araguaia, área correspondente a 562,3 mil

hectares, na parte norte da ilha.

A operação, segundo a superintendente do órgão no Tocantins, Inácia Coelho Lemes, deve durar cerca de 20 dias e contará com a ajuda da Polícia Federal. O Ibama liberou R\$ 38 mil para pagamento de 20 vaqueiros com montaria, diárias de fiscais e combustível.

Avelar disse que vai entrar com a ação porque a sentença não trata apenas da retirada do gado, mas de punições aos fazendeiros que se utilizam das pastagens da ilha para a engorda do rebanho na seca. De acordo com a sentença, os 33 fazendeiros que mantêm seus animais no local devem pagar multa individual correspondente a 1.000 UFIRs (R\$ 960,00) por dia de descumprimento da decisão, a contar da data da notificação (feita entre 6 a 13 de setembro).

Os réus terão de ressarcir também os danos ambientais causados pela utilização indevida das pasta-

gens, “a serem apurados em liquidação por arbitramento”. E pagarão 20 salários mínimos referentes a despesas com honorários advocatícios.

Avelar garante que os fazendeiros estão destruindo o Parque Nacional do Araguaia; “utilizando-se até de agregados, posseiros e índios”.

O juiz federal Marcelo Dolzany da Costa, autor da sentença judicial, confirma a destruição de mangues, rios e lagos: “Precisamos preservar o banco genético local.”

Fiscalização – A Secretaria da Agricultura do Estado do Tocantins inicia hoje uma barreira volante nos municípios que fazem limite com a ilha. O objetivo é fiscalizar a retirada do rebanho. O diretor do Departamento de Produção Animal da secretaria da Agricultura, Reinaldo Oliveira, diz que o local é foco constante de febre aftosa e o risco é contaminar o rebanho da região e comprometer o mercado nacional.

“O Popular”/AE – 26/ago/98



A utilização da pastagem na região prejudica o meio ambiente, agravando a situação na seca